

A IMPORTÂNCIA DAS PRÁTICAS PSICOPEDAGÓGICAS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

AVILA, Manoela Vieira da Cunha ¹

RU 2599265

ALBRECHT, Ana Rosa Massolin ²

RESUMO

O presente trabalho objetiva-se na elaboração de uma pesquisa bibliográfica voltada para uma reflexão sobre a importância das práticas da psicopedagogia no processo de ensino-aprendizagem de alunos da Educação Especial, principalmente, alunos com transtornos especiais de aprendizagem como a dislexia. Pretende-se ao final desta pesquisa apresentar um panorama histórico da Educação Especial no Brasil, apontar divergências entre Educação Especial e Educação Inclusiva e ilustrar as contribuições do psicopedagogo no diagnóstico e tratamento dos transtornos de aprendizagem. Do ponto de vista teórico o artigo é elaborado a partir dos pressupostos de Fialho (1978) e Kassir (2011), na Constituição Federal do Brasil de 1988, Shaywitz (2006) e Bossa (2019). Do ponto de vista metodológico, o artigo, primeiramente, deu-se a partir de uma discussão sobre as mudanças no cenário educacional e atuação dos psicopedagogos no processo de inclusão, assim iniciou-se a pesquisa do material bibliográfico, seguido do levantamento e fichamento de referencial teórico; este encontrado em motores de busca online. Os resultados prévios apontam a necessidade de fomentar a discussão sobre o compromisso com a educação para todos e a psicopedagogia como fornecedora de ferramentas para dar assistência à discentes e docentes.

Palavras-chave: Psicopedagogia; Educação Especial; Dislexia.

1 INTRODUÇÃO

Com as mudanças no cenário educacional e na legislação brasileira as práticas inclusivas sofreram relevantes ressignificações ao longo dos anos. Desse modo, a proposta do presente trabalho está amparada no ensino para todos, conforme a Constituição Federal de 1988, principalmente, na importância da

¹ Aluna do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso. 8º semestre – 2022.

² Professor Orientador no Centro Universitário Internacional UNINTER.

psicopedagogia com alunos da Educação Especial no desenvolvimento pleno das habilidades cognitivas, interacionais e de cunho emocional.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial da Educação Inclusiva no Brasil (Brasil, 2008, p. 15), são alunos da Educação Especial “[...] estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação”. Ademais, o atendimento estende-se a casos de alunos com dislexia ou déficit de atenção.

A Educação Especial foi implementada no Brasil com a fundação do Instituto dos Meninos Cegos no ano de 1854. Segundo Fialho (1978), o instituto foi idealizado por José Alvarez de Azevedo, primeiro professor cego do Brasil, com o apoio do Imperador Dom Pedro II sob mediação do médico José Francisco Xavier Sigaud, o qual era pai de Adélia Sigaud, aluna de Alvarez de Azevedo. Impressionado com os avanços de Adélia com a adoção do sistema Braille, o médico mediou um encontro entre o professor e o Imperador.

Para Kassir (2011), mesmo considerando as primeiras propostas inclusivas no Brasil apenas nas últimas décadas a luta pelo ensino para todos ganhou força, partindo do pressuposto que o Instituto dos Meninos Cegos atendia uma pequena parcela da população e os entendimentos de práticas inclusivas serem divergentes dos previstos na legislação atual do país.

O artigo científico aqui referido está dividido em três seções distintas e uma subseção além da introdução. A primeira refere-se ao panorama histórico da Educação Especial no Brasil, segundo os pressupostos de Mazzota (1996) e Kassir (2011). A segunda mobiliza os principais conceitos de Educação Especial e Educação Inclusiva, conforme Mazotta (1999). A terceira aborda a relação da Educação Especial e os Transtornos Especiais de Aprendizagem sob o olhar de Shawitiz (2006) e as contribuições da psicopedagogia para o desenvolvimento de pessoas com dislexia.

2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Para Amaral (2001) a Educação Especial teve início entre os séculos XVIII e XIX, de forma que os sujeitos eram separados conforme suas limitações, ou seja, haviam escolas destinadas somente para cegos, mudos, pessoas com deficiência

intelectual etc. O autor ainda afirma que a maioria das pessoas com deficiência intelectual eram internadas em manicômios, colocadas em asilos ou orfanatos.

Tais práticas de segregação têm seus registros na Grécia Antiga, uma vez que as características físicas implicavam na participação ou exclusão de indivíduos nas batalhas como apontam Barbosa, Matos e Costa (2011):

“Para os gregos, o corpo belo e forte era prova de saúde e força, requisitos necessários para o combate e a luta, para a conquista de novas terras, sendo que aqueles que não correspondessem a esse ideal, como as crianças e os doentes, eram marginalizados e até mesmo eliminados ou abandonados à própria sorte para morrer. ” (BARBOSA; MATOS; COSTA, 2011, p. 25).

Em âmbito nacional, o Imperador Dom Pedro II em 1854, a partir do Decreto Imperial de nº1.428, fundou o Instituto Imperial dos Meninos Cegos (hoje Instituto Benjamin Constant) inspirado no “Institution Imperiale des Jeunes Aveugles”, escola na qual o professor José Alvares de Azevedo frequentou por seis anos na França. Azevedo foi o primeiro professor cego no Brasil e ao retornar ao país desempenhou um brilhante trabalho com o ensino do sistema Braille para Adélia Sigaud, filha de José Francisco Xavier Sigaud, médico particular do então Imperador do Brasil, conforme Fialho (1978).

No ano de 1857 foi fundado o Instituto Imperial de Surdos-Mudos, assim essas duas instituições foram as pioneiras no ensino para alunos da Educação Especial no Brasil. Entretanto, o ensino seguiu a constituir-se “[...] em uma medida precária em termos nacionais, pois em 1872, com uma população de 15.848 cegos e 11.595 surdos, no país eram atendidos apenas 35 cegos e 17 surdos”, como aponta Mazzota (1996, p.29).

O autor ainda afirma que até a década de 50 existiam apenas 40 escolas voltadas para a Educação Especial em território nacional, de modo que somente com as modificações recentes na legislação e os manifestos em favor da inclusão houveram modificações significativas no que tange Educação Especial a nível nacional e mundial.

A título de exemplo a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) o direito à educação fora garantido para todos indivíduos de uma sociedade, entretanto, a partir do artigo 205 da Constituição Federal de 1988 o acesso à educação como dever do Estado e da família:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 135).

Assim, Costa (2008) aponta que a Carta Magna foi fundamental na adoção da integração social da pessoa com deficiência, de forma que o atendimento especializado de preferência na rede regular de ensino para pessoas com deficiência foi sancionado a partir do artigo art. 208:

“Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

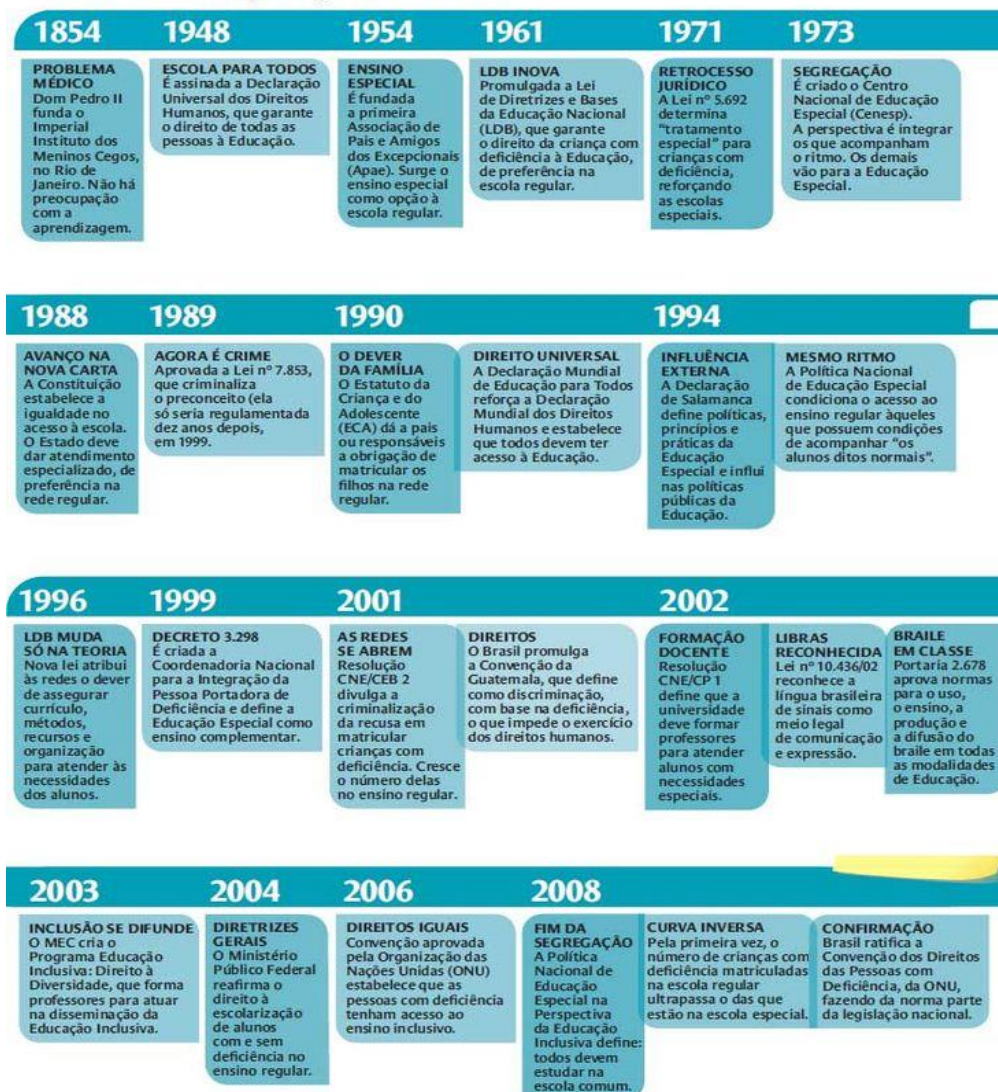
VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.”

Além da Constituição Federal, a criação da nova Lei Nacional de Diretrizes e Bases e modificações na legislação a partir do ano de 1961, incentivaram a inclusão na educação e melhoras no cenário de segregação e exclusão que se perpetuou nos três primeiros séculos do Brasil.

A imagem a seguir ilustra uma linha do tempo da Educação Especial no Brasil desde seus primórdios em 1854.

Figura 1. Linha do tempo da Educação Especial no Brasil

A história da Educação Especial no Brasil



Fonte: <http://adolescencia20171.pbworks.com/w/page/118182396/grupo1>

3 EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os conceitos de Educação Especial e Educação Inclusiva são separados por uma linha tênue, porém andam lado a lado no processo de democratização do ensino. Embora o foco central da presente pesquisa não seja o aprofundamento

nestes conceitos faz-se necessária a apresentação dos pressupostos utilizados no artigo.

A Educação Especial foi implementada no Brasil a partir da fundação do Instituto Imperial dos Meninos Surdos em 1854 e do Instituto Imperial dos Surdos-Mudos em 1857, ambos nos na cidade do Rio de Janeiro, a mesma era caracterizada por práticas educacionais isoladas, de modo que cada escola atendia alunos com determinadas deficiências. A Educação Especial é definida como:

“ [...] uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. “ (BRASIL, 2008)

A consolidação da Educação Especial aconteceu na década de 90, a partir de uma ressignificação dos objetivos educacionais recorrente dos movimentos contra segregação, a fim de promover o “desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiência, condutas típicas ou altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino [...]”, como indica a Secretaria de Educação Especial do MEC (BRASIL, MEC/SEESP, 1994, p.17)

Nessa perspectiva conclui-se que as práticas da Educação Especial contam com uma gama de profissionais, sendo eles pedagogos, educadores físicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais para o melhor desenvolvimento das necessidades do indivíduo.

Mantoan (2006) afirma que a Educação Inclusiva questiona as políticas e a organização da Educação Especial, bem como o conceito de inclusão. A autora complementa que ela não vai de acordo com os preceitos de integração e “[...] não diz respeito apenas à inserção de alunos com deficiência, mas é condição para se reverter a situação vergonhosa da escola brasileira, marcada pelo fracasso e pela evasão de parte significativa de alunos. ” (MANTOAN, 2006, p. 37).

Em conformidade com o Art. 1º, § 1º da Lei nº 3.218, de 5 de novembro de 2003 a Educação Inclusiva é definida como:

“ [...] o atendimento a todas as crianças em escolas do ensino regular, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades; ressalvados os casos nos quais se demonstre que a educação nas classes comuns não pode satisfazer às necessidades educativas ou sociais da criança ou

quando necessário para o bem-estar da criança. " Art. 1º, § 1º da Lei nº 3.218 de 5 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003)

Atentando para essas definições é notório que a instituição das práticas da Educação Especial impactou os novos modelos de Educação Inclusiva, tendo em mente que ao longo dos anos até chegarmos na legislação atual, a Educação Especial foi caracterizada por quatro fases: exclusão, segregação, integração e inclusão.

A figura a seguir ilustra um panorama das fases da Educação Especial, assim pode-se perceber as diferenças entre inclusão, integração, segregação e exclusão. No primeiro círculo é possível visualizar pessoas com deficiência fora do grupo, o que caracteriza exclusão. No segundo círculo os indivíduos são separados em dois círculos, configurando uma divisão entre os mesmos, esta imagem representa a segregação. No terceiro círculo os indivíduos com deficiências estão em um mesmo círculo com outro grupo de pessoas, mas não há uma comunicação entre todos, o que caracteriza integração e por fim o quarto círculo os indivíduos ocupam todos o mesmo espaço, fazendo referência à inclusão.

Figura 2. Exclusão, Integração, Segregação e Inclusão



Fonte: <https://cadeiravoadora.com.br/nao-ao-pl-6-159-2019-desmonte-da-lei-de-cotas/inclusao-exclusao-segregacao-integracao>

4 TRANSTORNOS ESPECIAIS DE APRENDIZAGEM E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Assim como são comuns equívocos na compreensão de Educação Especial e Educação Inclusiva, os Transtornos Especiais de Aprendizagem (TEA) são confundidos com dificuldades de aprendizagem. O Instituto ABCD a esse respeito refere-se aos TEA's como algo inato e permanente, diferente das dificuldades de aprendizagem que são decorrentes da influência de condições sociais e eventos transitórios. A esse respeito o Parecer CNE/CEB 17/2001 afirma que são necessidades educacionais especiais:

“[...] não apenas as dificuldades de aprendizagem relacionadas a condições, limitações e deficiência, mas também aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica, considerando que, por dificuldades cognitivas, psicomotoras e de comportamento, alunos frequentemente negligenciados ou mesmo excluídos dos apoios escolares [...]” (BRASIL, 2001b, p. 19)

Desse modo, considerando a dislexia como um transtorno especial de aprendizagem, este denominado transtorno específico de leitura, é possível afirmar que alunos com dislexia são também público-alvo da Educação Especial. As ideias de Marchesi e Martín (1996, p. 11) corroboram com esse pensamento, apontando que o aluno com Necessidade Educacional Especial “apresenta algum um problema de aprendizagem ao longo de sua escolarização, que exige uma atenção mais específica e maiores recursos educacionais do que os necessários para os colegas de sua idade. ”

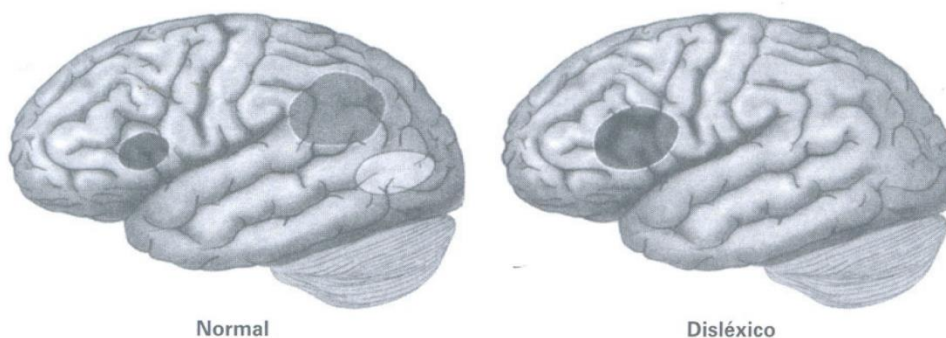
Em vista disso, é imprescindível que conforme a Lei de Diretrizes e Bases os alunos disléxicos também recebam atendimento especializado na rede regular de ensino. Nessa conformidade, o Manual Diagnóstico DSM-V (APA, 2014, p.111) define a dislexia como “um padrão de dificuldades de aprendizagem caracterizado por problemas no reconhecimento preciso ou fluente de palavras, problemas de decodificação e dificuldades de ortografia. ” Para Shaywitz (2006) a dislexia sob um

olhar neurológico é semelhante a uma queda de energia nas conexões cerebrais, assim a autora indica:

“A dislexia é um problema complexo que tem suas raízes nos mesmos sistemas cerebrais que permitem ao homem entender e expressar-se pela linguagem. Pela descoberta de como uma ruptura nestes circuitos neurológicos fundamentais para a codificação da linguagem dá surgimento a esse problema na leitura, pudemos compreender como os tentáculos dessa desordem partem do fundo do cérebro e se estendem não apenas ao modo como uma pessoa lê, mas surpreendentemente, a uma gama de outras funções importantes, incluindo a capacidade de soletrar, de memorizar palavras e articulá-las e de lembrar certos fatos.” (SHAYWITIZ, 2006, p.20)

Outra característica é que cérebro da pessoa com dislexia ativa a parte posterior durante a leitura, conforme figura 3, diferente do cérebro da pessoa sem dislexia que ativa a parte frontal, assim o processo de decodificação se torna uma atividade que demanda muita energia da pessoa disléxica.

Figura 3. Marcas neurais da dislexia



Fonte: SHAYWITIZ (2006, p. 74)

4.1 Intervenções psicopedagógicas em casos de dislexia

Considerando a necessidade das práticas inclusivas no processo de democratização do ensino para todos, o psicopedagogo colabora ativamente para o oferecimento de recursos para auxiliar o processo de aprendizagem do aluno,

pois este é capaz de oferecer uma variedade de propostas concentradas no desenvolvimento das habilidades do aluno. Nesse sentido, Bossa (2007) evidencia que a psicopedagogia:

“[...] se ocupa da aprendizagem humana, que adveio de uma demanda, o problema de aprendizagem, colocado em um território pouco explorado, situado além dos limites da psicologia e da própria pedagogia – e evoluiu devido a existência de recursos, ainda que embrionários, para atender a essa demanda, constituindo-se assim, em uma prática. Como se preocupa com o problema de aprendizagem, deve ocupar-se inicialmente do processo de aprendizagem. Portanto, vemos que a psicopedagogia estuda as características da aprendizagem humana: como se aprender, como essa aprendizagem varia evolutivamente e está condicionada por vários fatores, como se produzem as alterações na aprendizagem, como reconhecê-las, tratá-las e a preveni-las.” (BOSSA, 2007, p.24)

Sob esse viés, Capretz (2012) aponta o uso da ludicidade atrelada ao multissensorial como a melhor ferramenta para explorar as formas de aprendizagem de alunos com dislexia. A autora menciona a necessidade do psicopedagogo de focar em realizar uma experiência de aprendizagem e não nos problemas que limitam o aluno corroborando com Gonçalves (2005), que fomenta uma discussão sobre as intervenções psicopedagógicas focadas na busca por habilidades e não nos fracassos.

O uso do lúdico permite que ocorra a estimulação do raciocínio lógico, criatividade, coordenação motora, auxiliando a aquisição de novos conhecimentos. Para Cunha (2001), através das brincadeiras e jogos é possível também que o aluno explore suas condições atuais. A respeito do uso de jogos como estratégia pedagógica Antunes (1999, p.36) escreve que “o jogo ajuda o aluno a construir suas novas descobertas, desenvolve e enriquece sua personalidade e simboliza um instrumento pedagógico que leva o professor a condição de condutor, estimulador e avaliador da aprendizagem.”

Nas atividades propostas por psicopedagogos os jogos são utilizados com o intuito de observar a maneira como o educando mobiliza seus conhecimentos. Além disto, para Winnicott (1975, p.13) as brincadeiras não só auxiliam no diagnóstico, mas por “situar-se numa zona intermediária entre a realidade do sujeito e a realidade compartilhada do mundo externo aos sujeitos, permitindo que ambos sejam comunicados”.

Figura 4. Modelo atividade para alunos com dislexia

6. Observe o modelo e circule a imagem que começa com o mesmo som (sílab)



Fonte: Fichas de Atividades, Instituto ABC, 2021. Disponível em:
<<https://www.institutoabcd.org.br/fichas-de-atividade/>>. Acesso em 29 de janeiro de 2022.

Deuschle e Cechella (2009) citam que em casos de dislexia devem ser realizadas estratégias psicopedagógicas nas quais haja o estabelecimento de nexos entre os estímulos recebidos e a incorporação léxica do mesmo. Comumente os psicopedagogos fazem o uso de atividades para ativar a consciência fonológica destes alunos, desenvolver a percepção auditiva e incentivar o reconhecimento sílabas e letras ou numerais. Essas atividades podem ser realizadas com uso de tinta guache, massa de modelar, palitos, barbantes ou serem impressas.

METODOLOGIA

O presente artigo, de caráter qualitativo, foi realizado pautado nas modificações do cenário educacional brasileiro a fim de promover uma discussão entre a comunidade acadêmica sobre a importância das práticas inclusivas e o papel do psicopedagogo.

Objetivou-se uma pesquisa de revisão bibliográfica a partir do fichamento de artigos, dissertações, teses e artigos científicos publicados em motores de busca acadêmico como Google Acadêmico, Portal Capes e Scielo.

A elaboração do projeto iniciou no outubro de 2021, com a escrita do pré-projeto de pesquisa e a determinação dos principais pontos a serem abordados ao longo do trabalho, seguido do levantamento de referencial teórico e fichamento do material encontrado. Por conseguinte, deu-se início na escrita do artigo acadêmico.

Tipo de pesquisa	QUALITATIVA (Elaborar um artigo de revisão bibliográfica sobre as contribuições da psicopedagogia para a Educação Especial)
Etapa	Procedimento
Primeira etapa	Definição do tema e levantamento de material bibliográfico para a pesquisa.
Segunda etapa	Delimitação do problema a ser tratado e a justificativa.
Terceira etapa	Fichamento do referencial teórico.
Quarta etapa	Escrita do artigo de acordo com as observações apresentadas pela orientadora no pré-projeto .
Quinta etapa	Apresentação e defesa do artigo.

CONSIDERAÇÕES

A legislação brasileira respalda o acesso e atendimento especializado para alunos da Educação Especial, entretanto, muitas vezes sabe-se que nem todas as parcelas da população têm acesso à educação. Partindo desse ponto percebeu-se a necessidade de discussão sobre a implementação da Educação Especial no Brasil e a implicação das práticas psicopedagógicas no processo de inclusão, além do pouco número de pesquisas voltadas para o atendimento de alunos com dislexia.

O processo de ensino-aprendizagem para alunos com Transtornos Especiais de Aprendizagem, assume a psicopedagogia como ferramenta que contribuiu para o desenvolvimento das habilidades do indivíduo, favorecendo as potencialidades do aluno permitindo que sua participação no processo de ensino-aprendizagem seja mais ativa.

Em relações as práticas utilizadas pelo psicopedagogo para alunos com Transtornos Especiais de Aprendizagem, em especial para alunos com dislexia, constataram-se a presença da ludicidade e valorização das habilidades individuais do aluno, assim destaca-se a importância da elaboração e aplicação de atividades psicopedagógicas autênticas para o melhor desenvolvimento de alunos com dislexia em futuras ocasiões acadêmicas, de modo que o contexto mundial impossibilitou um trabalho de cunho quantitativo em escolas inclusivas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Jogos para estimulação das múltiplas inteligências**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

AMARAL, L. A. **Pensar a Diferença/Deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. 2001.

BARBOSA, M. R.; MATOS, P. M.; COSTA, M. E. Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje. **Psicologia e Sociedade**, v. 23, n. 1, p. 24-34. 2011.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 2, DE 11 de setembro de 2001**. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SECADI, 2008.

BOSSA, Nádia A. **A psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artmed, 2007.

COSTA, S. M. de B. **Dignidade humana e pessoa com deficiência**: aspectos legais e trabalhistas. São Paulo: LTr. 2008.

FIALHO, Sylvio de Abreu. **O Instituto Imperial dos Meninos Cegos**. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, v. 315, abr.-jun. 1977, p. 201-231, 1978.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Editora UFPR.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MAZZOTTA, Marcos. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1999.

SCHNEIDER, Letícia. BLASZKO, Caroline Elizabel. **A atuação do psicopedagogo no contexto escolar**: estudo pautado pelas vozes dos profissionais. In: EDUCERECONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13. Curitiba-PR. 2017.

SHAYWITZ, Sally. **Entendendo a dislexia: um novo e completo programa para todos os níveis de problemas de leitura**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SILVA, João Da Mata Alves Da. **O lúdico como metodologia para o ensino de crianças com deficiência intelectual**. 2012. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4736/1/MD_EDUMTE_II_2012_33.pdf acesso em 22 de janeiro de 2022.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.